

ANC

Parágrafo 24 preocupa o Exército

21/02/88
glbr

BRASÍLIA — A Assessoria Parlamentar do Ministério do Exército pretende influenciar a Constituinte para que modifique, na segunda votação em plenário, a redação do Parágrafo 24 do Artigo 6º da futura Constituição, que trata dos Direitos Individuais e Coletivos. O dispositivo diz: "Ninguém será preso senão em flagrante delito ou por ordem escrita e fundamentada de autoridade judiciária competente". De acordo com os assessores, o texto pode impedir a prisão preventiva de um suspeito em inquéritos que apuram delitos em corporações militares.

Estes inquéritos, disse um assessor, são conduzidos por pessoas indicadas pelo Chefe da corporação, investidas de autoridade policial e, como tal, com poderes para decretar prisão preventiva para efeito de investigação. Como se trata de um processo que, em primeira instância, é de âmbito interno da corporação, a exigência de partici-

pação de uma autoridade judiciária — mesmo que da Justiça Militar — traria complicações.

No caso, por exemplo, de um desvio de armas em um quartel, segundo a mesma fonte, instaura-se um IPM e o responsável pela sua condução, investido de autoridade policial, pode decretar a prisão preventiva de um suspeito.

Mesmo que este tipo de situação fique registrado em outros artigos da Constituição ou nos próprios regulamentos internos das Forças Armadas, o atingido pode apelar com base neste preceito constitucional e sua prisão será considerada ilegal.

A preocupação com a redação do Parágrafo 24 do Artigo 6º, ainda segundo o assessor, vem desde a sua votação pela Comissão de Sistematização. A proposta dos militares é a volta ao texto da Constituição de 1967, pela qual a prisão pode ser efetivada por ordem de "autoridade competente".

Antônio Carlos apóia a idéia

BRASÍLIA — "Acredito que o próprio Presidente da Constituinte deve ser o primeiro a dar o exemplo de trégua e de respeito ao Poder Executivo, um Poder que deve conviver em harmonia com o Legislativo". Esta foi a reação do Ministro das Comunicações, Antônio Carlos Marinho, à proposta do Deputado Ulysses Guimarães em favor de um trégua entre Executivo e Constituinte para viabilizar as votações da nova Carta.

— Vamos ver se o apelo do Presidente Ulysses não fica apenas nas palavras. Ninguém pode ser contra o apaziguamento, sobretudo se é feito com sinceridade — disse o Ministro.

Antônio Carlos condenou "setores do Legislativo" que

atingem "injusta e grosseiramente" o Presidente da República, justificando o revide, que tem partido tanto do Presidente Sarney quanto de seus auxiliares diretos.

Ele considera boa a proposta de Ulysses Guimarães e espera que se transforme em atos concretos. Ele reafirmou que há setores que tentam criar obstáculos para a redução da inflação e uma solução para o problema da dívida externa.

Quanto às manifestações do Presidente Sarney, através dos programas semanais "Conversa ao pé do rádio", o Ministro classificou-as de naturais.

— Ele tem reagido aos ataques recebidos, garantindo os direitos que lhe são assegurados pela Constituição em vigor — observou o Ministro.

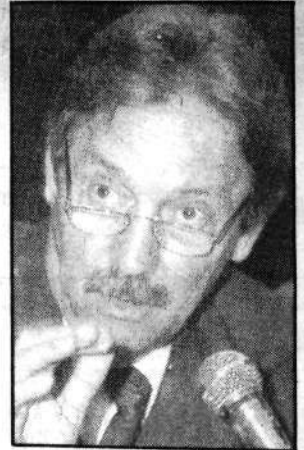
Prisco: Não existe guerra

Foto de Mirian Fichtner

BRASÍLIA — O Ministro da Habitação, Prisco Viana, disse ontem que o Presidente da Constituinte, Deputado Ulysses Guimarães, está equivocado ao propor um armistício, porque não existe uma guerra entre a Constituinte e o Governo. Na opinião do Ministro, Sarney não está brigando com a Constituinte, mas criticando partes já aprovadas do texto da nova Carta. E isto, para ele, é um direito do Presidente que ninguém pode negar.

— O jurista Pontes de Miranda criticou duramente a Constituição de 1946. Outros juristas também fizeram críticas, mas, agora, se condena a igual atitude do Presidente da República — disse Prisco Viana.

O Ministro argumentou ainda que as críticas feitas por Sarney ao capítulo dos Direitos Individuais foram úteis, na medida em que o próprio Ulysses admitiu rever o texto no segundo turno de votação.



Prisco: críticas são úteis

— Os Constituintes deveriam se preocupar em aproveitar o tempo de trabalho da Assembléia para discutir o texto que será votado, em vez de atacar o Governo — comentou Prisco Viana, lembrando que as sessões plenárias são mais utilizadas para discussões contra o Executivo do que para debates sobre propostas para a nova Carta.

Críticas à fala no rádio

BRASÍLIA — Críticas às declarações do Presidente José Sarney, no programa "Conversa ao pé do rádio", e até um alerta sobre o perigo de um golpe de estado ocuparam a maior parte da sessão de ontem da Constituinte. Os ataques ao Governo foram tão violentos que o Líder Carlos Sant'Anna — que, regimentalmente, não pode responder imediatamente às críticas — dirigiu questão de ordem ao Presidente da Mesa, Ulysses Guimarães, para que as agressões fossem respondidas imediatamente.

Ao comentar a afirmação de Sarney de que "estão querendo incendiar o País", o Líder do PDT, Brandão Monteiro, disse que "o Presidente está conspirando contra as instituições, ao ameaçar um golpe de estado". Também o Deputado Maurílio Ferreira Lima (PMDB-PE) criticou os que são contra a tentativa de Ulysses de

apressar a elaboração da nova Carta, afirmando que "há um golpismo em marcha e que o Brasil está a caminho de uma grave crise institucional".

Já a Deputada Beth Azeite (PSB-AM) pediu a Ulysses que oficie ao Dentel solicitando a suspensão do programa "Conversa ao pé do rádio", por entender que "o Presidente está pregando a sublevação da sociedade brasileira".

Por sua vez, o Deputado Vitor Faccioni (PDS-RS) criticou o Governo por não apurar irregularidades em órgãos como o Instituto do Açúcar e do Alcool (IAA) e o Instituto Brasileiro do Café (IBC), e de ser um dos responsáveis pela crise atual.

O Líder do PMDB, Mário Covas, ocupou a tribuna para desmentir acusações publicadas na imprensa de que teria usado a máquina da Companhia Siderúrgica Paulista (Cosipa) em seu benefício nas eleições.